



Índice

- 01** Povos indígenas realizam encontro de espiritualidade
- 02** PE – Há dois meses, líder quilombola está afastado de sua comunidade por ameaças de morte
- 03** Mito e Missão na Amazônia, por Claret Fernandes*
- 04** Parceria inédita entre Incra e UFPR garante curso de Direito para assentados e quilombolas
- 05** Índios denunciam condições de Casa de Apoio no Juruá
- 06** Direito de Resposta concedido democraticamente a Rodrigo Siqueira, autor de “Índio Cidadão”
- 07** Estudantes indígenas põem em prática conhecimentos do curso técnico de enfermagem no Jets
- 08** Governo entrega alimentos às Comunidades Quilombolas Grotão Vale do Gameleira e São Joaquim
- 09** Complexo turístico segue fechado 1 ano após construção em Porto Velho
- 10** Liderança indígena do Mato Grosso do Sul diz que “instabilidade no campo é total” e cobra ação da Funai
- 11** Assembleia Legislativa sedia discussão nacional sobre demarcação de terras



- 12** [A saga paulistana dos Kariri-Xocó](#)
- 13** [Governador pede crédito do Banco Central para agricultores atingidos pela enchente](#)
- 14** [Ministro da Educação aguarda Justiça sobre possíveis investimentos em escolas indígenas no RS](#)
- 15** [Inclusão digital: Governo percorrerá comunidades indígenas e quilombolas](#)
- 16** [Indígenas interditam BR-843 na visita de Dilma a Cabrobó](#)
- 17** [Mandetta questiona política da saúde indígena](#)
- 18** [MPF denuncia agressões contra índios](#)
- 19** [Livro aborda sofrimento mental de indígenas Sateré-Mawé e Hixkaryana](#)
- 20** [Questão indígena em MS tenta dar mais um passo](#)
- 21** [Curso de Licenciatura Indígena da Uepa recebe nota máxima](#)
- 22** [Índios vão boicotar negociação e ameaçam ocupar outras áreas](#)
- 23** [Aulas em Faxinalzinho retornam, mas estudantes indígenas não comparecem](#)
- 24** [Presidente da Famasul pede ao ministro da Justiça agilidade na compra de áreas invadidas](#)
- 25** [Após acordo com MPF, faculdade vai oferecer bolsas de estudo a indígenas](#)
- 26** [Mozarildo diz que corrupção prejudica a saúde dos índios](#)
- 27** [Mulheres indígenas sofrem violência de gênero e falta acesso à Justiça](#)
- 28** [Museu Oscar Niemeyer inaugura exposição sobre arte indígena brasileira, neste domingo, em Curitiba](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

-
- 29** [MPF pede indenização de R\\$ 500 mil de acusados de explorar meninas indígenas](#)
 - 30** [Violência nas aldeias, outra vez em debate](#)



Povos indígenas realizam encontro de espiritualidade

SÍTIO CIMI, 14.05.2014

Nós, povos indígenas do Brasil (Povo Terena, Guarani Kaiowá, Xavante), Chile (Povo Aymara e Quechua), Paraguai (Povo Pai Tavyterã) e Bolívia (Povo Aymara), reunidos no Encontro de Espiritualidade dos Povos Indígenas, por ocasião da celebração dos 100 anos das Irmãs Lauritas, compartilhando a experiência de vida junto aos povos indígenas, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, nos dias 10 a 14 de maio de 2014, viemos a público expressar nossa felicidade concedida por Deus que possibilitou a convivência entre as comunidades indígenas e as irmãs Lauritas, e que desde o início abençoou o trabalho religioso voltada para a nossa espiritualidade tradicional.

Nós, povos originários deste continente resistimos secularmente a todos os projetos de extermínio. Conseguimos isso de maneira especial, através de nossas espiritualidades e culturas. Nossas raízes profundas impediram a destruição física (genocídio) e cultural (etnocídio). O sistema colonial e o atual neoliberalismo pisaram fundo em nosso coração e alma, mas não conseguiram destruir nossa espiritualidade, nossa identidade e nossos valores.

Nós, povos tradicionais levantamos nossas vozes em defesa de nossa mãe! Nossos territórios sagrados de onde brota nossa vida, nossa origem. Os povos indígenas vivenciam um período histórico de negação de direitos territoriais. O modelo de desenvolvimentista adotado pela economia mundial, altamente extrativista-exportador nos veem como empecilho ao dito “desenvolvimento”, “progresso” e nossas comunidades como sinônimo de retrocesso social.

Somos povos culturalmente diferentes e cada qual com língua, crença, tradição e cosmovisão diferente, com formas próprias de ver o mundo e seus significados. Oferecemos à sociedade envolvente uma opção de vida, um novo caminho para o convívio harmônico com a natureza e tudo o que há nela. Oferecemos o nosso bem viver, onde os recursos naturais não são mercadoria, mas parte integrante da cosmologia que nos garante o bem viver.

No Brasil e demais países latino-americanos os governantes têm cedido a interesses econômicos em detrimentos dos direitos dos povos indígenas e direitos humanos.

Nós povos indígenas reafirmamos a continuidade de nossa luta pelo respeito aos nossos direitos para que os governantes assumam a responsabilidade com as populações originárias na efetivação o direito a terra e território, no reconhecimento da tradicionalidade desses territórios e garantia da sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. De igual forma, reafirmamos a necessidade da manutenção dos direitos conquistados, especialmente o direito a terra. Os governos devem observar, quando de seu relacionamento com os povos indígenas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que preceitua obediência aos princípios do respeito e consulta sobre as prioridades próprias de cada povo, o direito de se desenvolver conforme sua cosmovisão, o direito aos territórios tradicionais, o princípio do sentimento de pertencimento a um povo e/ou comunidade; o direito a identidade cultural e o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

respeito a especificidade e a observância da universalidade e especificidade na elaboração de políticas públicas voltadas para saúde, educação e trabalho.

Deus fez a terra e tudo o que nela existe para que vivamos em harmonia. O direito de propriedade não é sagrado. A terra não pertence e não tem um dono a não ser Deus, que entregou a terra para vivermos. Somos povos com culturas diferentes, localizados em países diferentes, mas sofremos as mesmas perseguições, as mesmas negações de direitos, pois não somos contemplados pelo modelo de desenvolvimento adotado por nossos governantes.

Denunciamos as manobras governamentais em todas as suas instancias que articulam expedientes normativos visando o não reconhecimento de nossos territórios tradicionais e o apoderamento de nossas terras. Continuaremos lutando por nossos direitos.

Saudamos Madre Laura e todas as Irmãs Lauritas. Celebramos juntos o bem viver baseado em nossos modos tradicionais e nossa espiritualidade, respeitando nossa cultura e organização tradicional.

Viva o centenário das missionárias Lauritas 100 anos compartilhando a experiência de vida junto aos povos indígenas.

Campo Grande, 14 de maio de 2014

Povo Terena

Guarani Kaiowá

Povo Xavante

Povo Aymara

Povo Quechua

Povo Pai Tavyterã



PE – Há dois meses, líder quilombola está afastado de sua comunidade por ameaças de morte

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.05.2014

Presidente da Associação da comunidade Quilombola de Castainho, localizada no agreste de Pernambuco, o quilombola vem recebendo fortes ameaças de mortes em decorrência de sua luta pela demarcação do território quilombola onde vive desde que nasceu. Veja ainda a relação de ameaçados de morte e conflitos no campo em 2013

Por CPT Nordeste II

Um dos principais líderes quilombolas do estado de Pernambuco, José Carlos Lopes, 58, encontra-se há cerca de dois meses afastado de sua comunidade e vivendo sob a proteção do Programa de Defensores de Direitos Humanos do Estado. Presidente da Associação da comunidade Quilombola de Castainho, localizada no agreste de Pernambuco, o quilombola vem recebendo fortes ameaças de mortes em decorrência de sua luta pela demarcação do território quilombola onde vive desde que nasceu.

As ameaças são feitas por um dos proprietários não-quilombola, que não concordou com o valor da indenização e com a decisão judicial de ser retirado do território demarcado da comunidade. De acordo com José Carlos, as ameaças acontecem desde 2012, quando o INCRA, ao dar andamento ao processo de desintrusão, averiguou que o homem não tinha o registro do imóvel que se dizia proprietário e que por isso, não receberia a indenização esperada.

Mesmo sendo oficialmente despejado da área, o proprietário ainda tem acesso cotidiano ao território de Castainho, o que aumenta ainda mais a insegurança das famílias quilombolas. José Carlos, no entanto, desde o dia 17 de março não pode ir à comunidade em que nasceu e se criou por causa das ameaças e ainda não há previsão de quando poderá retornar ao Quilombo. Ainda que todos os procedimentos de desintrusão do território e de segurança do líder ameaçado estejam em andamento, outras medidas precisam imediatamente ser colocadas em prática. Para a Comissão Pastoral da Terra, que acompanha a luta da comunidade desde o início, é urgente que as situações de ameaças cheguem definitivamente ao fim, que o Estado estabeleça mecanismos que possam garantir o retorno do líder quilombola à comunidade e que as famílias possam viver livres e seguras em seu território.

"A situação está muito difícil porque nós temos o hábito de viver no campo, acordar de manhã pra trabalhar, temos a liberdade em nossa comunidade. Agora eu tenho que viver privado de tudo, dentro de uma casa, longe da comunidade. Eu tenho o direito de permanecer no meu território, na minha comunidade, sou quilombola, mas não posso estar lá. Enquanto isso, quem não deve estar na comunidade, está lá", denuncia José Carlos.

José Carlos ressalta que situações como a que vive tem sido comum em muitas comunidades quilombolas em todo o país. "Esta situação se repete em muitas comunidade quilombolas em

CONT.



Pernambuco, na Bahia, no Maranhão e no país inteiro tem quilombola ameaçado”, afirma. “A
CONT.
questão é que o Governo, mesmo tomando medidas pontuais para o caso, não está preocupado com as comunidades quilombolas do país e a demarcação definitiva de seus territórios. Está preocupado com o agronegócio e com a Copa. Esta é a situação que enfrentamos”, conclui.

Comunidade Quilombola de Castainho: Uma história a contar

A Comunidade Quilombola de Castainho há décadas tornou-se um exemplo de luta pela efetivação dos direitos e pela demarcação dos territórios quilombolas no estado e no país. O quilombo ficou nacionalmente conhecido por ser a primeira comunidade pernambucana a receber o título da Fundação Palmares, em maio de 1997, após vários anos de luta das famílias. Castainho, juntamente com a comunidade de Conceição das Crioulas, também foi a primeira a passar pelo processo de demarcação territorial no estado. O exemplo da luta de Castainho repercutiu e inspirou outras comunidades do entorno a lutarem pelo reconhecimento da identidade quilombola e pela demarcação de seus territórios.

Para conhecer mais a história da comunidade, clique aqui
(<http://www.cptne2.org.br/index.php/component/jdownloads/viewdownload/27-cartilhas/199-castainho-contando-a-historia.html?Itemid=19>).



Mito e Missão na Amazônia, por Claret Fernandes*

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.05.2014

*para Combate Racismo Ambiental

Às vésperas de nossa partida para missão na Prelazia do Xingu, Pará, Amazônia, que se deu no dia 27 de setembro de 2011, uma pessoa amiga me perguntou se eu não tinha medo dos índios. Ela estava vivamente preocupada. Mais recentemente, um padre me argüiu se, no Xingu, os índios são antropófagos.

O senso comum e mesmo os ambientes científicos conservam uma visão mitológica sobre a Amazônia, enraizada há anos. Por isso refleti sobre a melhor forma de mostrar que os mitos, alguns até valorosos do ponto de vista folclórico, revelam apenas o exótico de uma realidade. E o caminho que encontrei foi fazer uma descrição de como é, aqui, o nosso dia a dia. Afinal, missão não se dá na abstração nem nos elementos exóticos e nos estereótipos, mas na concretude dinâmica do cotidiano.

A Amazônia não é um bloco homogêneo! É diferente estar no Acre, Rondônia, Roraima, Pará. No estado do Pará, uma coisa é estar na Transamazônica, o nosso caso, outra coisa é estar na área ribeirinha, numa aldeia indígena ou em Belém, na Capital. Cada região se acha em diferentes fases de avanço capitalista – mas ele segue avançando em todas elas – e diferentes momentos de resistência ou adesão a esse neocolonialismo apelidado de desenvolvimentismo.

A Amazônia tem diversos povos, grande parte concentrada em cidades, que vão crescendo muito, e o Pará, rotulado de violento, não é uma terra de bárbaros. O povo paraense e tantas pessoas que migraram para ali são acolhedores e, aí sim, sofrem duas violências justapostas, a dos ricos, mais primitiva, e a do Estado brasileiro, ora sutil ora escancarada. O assassinato de Dorothy, ocorrido em Anapu no dia 12 de fevereiro de 2005, é um caso típico da violência 'primitiva', quando enricados formam um Consórcio e contratam pistoleiros para eliminar alguém. Já a militarização da área de Belo Monte, com a Força Nacional instalada dentro dos canteiros de obra da barragem para inibir a organização dos operários confinados, que passam de 20 mil, e para impedir o acesso e a mobilização dos atingidos é um caso típico da violência do Estado.

O Estado brasileiro na Amazônia é, ao mesmo tempo, fraco e forte! Para quem? A presença do Estado brasileiro é forte para o Agronegócio e fraca para a Agricultura Familiar; é forte para as mineradoras e donos de barragens e fraca para os ribeirinhos e indígenas, cujos direitos, conquistados historicamente, estão sendo constantemente violados e correm risco de regredir na Constituição brasileira; é forte para o Madeireiro e fraca para o camponês que deseja roçar uma Tarefa para plantar o seu sustento.

O caso do Senhor Alexandre, no Arroz Cru, à margem do Xingu, é anedótico. Ele foi à casa de seu compadre e vendo lá, na parede, um rabo de Tamanduá dependurado, pediu-lho para fazer
CONT.



um chá. Os fiscais do IBAMA chegaram ao seu rancho e lhe deram uma multa, apesar de sua explicação. O detalhe curioso é que a moradia do Senhor Alexandre é bem à frente do local onde está em construção a barragem de Belo Monte, que tira bem mais que um rabo de bicho para fazer remédio.

Um dos mitos mais fortes, porém, é o do paraíso terrestre. Crê-se na terra toda coberta de floresta, com rios imensos, aves e animais diversos, em plena harmonia, e silvícolas em aldeias, de flecha na mão, com suas partes pudendas cobertas de folha, e o branco como o grande inimigo, o demônio nesse paraíso.

A Amazônia é como outro lugar qualquer! O chamado Estado do bem viver, tão badalado em segmentos de viés ambientalista e eclesial, só existe aqui como utopia. O que há é o comum em todo país capitalista: gente explorando gente, e empresas transnacionais se apropriando de bens naturais, buscando materializar seus papéis-moeda, transtornadas com a crise capitalista mundial; e gente e organizações que resistem, entre as quais a Prelazia do Xingu, na pessoa de d. Erwin.

O indígena, que não é nem o 'bom selvagem' nem o 'antropófago', pois tem as suas contradições normais enquanto seres humanos, é uma raça em extinção! O grande inimigo do indígena, do ribeirinho, do imigrante empobrecido de qualquer cor, da floresta não é o branco com sua cultura, mas o Capital. O chamado choque de cultura nada mais é do que a força do mais forte se sobrepondo à fragilidade dos mais fracos, massacrando-os, à busca de acumulação de riquezas.

Belo Monte nesse exato momento exemplifica a ação devastadora do Capital no Xingu. Orçada inicialmente em 9 bilhões, hoje passa dos 30 bi com pouco mais da metade das obras construída. Embora cacificada pelo governo federal, é um empreendimento privado cujo objetivo é gerar energia-mercadoria, que servirá principalmente às grandes empresas do Sudeste, com Linhão de 2 mil Km já leiloado, percorrendo desde o Xingu até MG. Há diversos indígenas perambulando pelas ruas de Altamira, empobrecidos, arrancados de suas aldeias, vulneráveis às diversas drogas, mas principalmente ao álcool, vítimas do preconceito, por causa de Belo Monte. Num processo neocolonial, eles são aliciados pela tática do espelho, 'ganhando' uma roupa, um alimento enlatado, um carro, tudo para quebrar-lhe a resistência à hidrelétrica.

Como é da índole de qualquer povo, também o indígena quer melhorar de vida e, aproveitando-se disso, empresas e governos lhe confundem a cabeça com migalhas e promessas. Mas a qualquer momento o indígena poderá sentir-se traído e poderá reagir, mudando a conjuntura atual.

Outro mito também considerável é da tábula rasa, como se a missão na Amazônia partisse do zero. Há um longo caminho já construído! A Prelazia do Xingu avançou muito, tanto na organização de comunidades vivas quanto na estrutura de serviço. Temos uma casa em Brasil Novo, a 45 km de Altamira, sede da Prelazia. Parece obvio, mas é importante afirmar isso! Pois há quem pense que ficamos na floresta, ou numa aldeia, e que nos cobrimos de folhas como Adão e Eva no paraíso, envergonhados depois da arrumação da serpente.

CONT.



A nossa casa é modesta, mas confortável e grande! A casa, o escritório, o salão paroquial, a quadra de esportes, a matriz ocupam todo um quarteirão no centro da cidade. A Paróquia tem, ainda, um centro de formação modesto – mas não precário – conhecido por Barraco Queimado, uma moto e uma caminhoneta para atendimento às comunidades, algumas a 40 km de distância, estrada de chão, intransitável para carro pequeno no longo período chuvoso.

A história das comunidades nesse trecho da Transamazônica, no Oeste do Pará, está associada a d. Erwin e aos padres Oscar (in memoriam) e Alírio, dois missionários gaúchos que trabalharam na Transamazônica a partir da década de 70. Há casos folclóricos deles. Oscar gostava de dizer que 'a fé vem pelo pé!'. É uma frase missionária! Arriscaram a vida e aproveitaram toda a sua energia na implantação das CEBS, cujas sementes estão vivas até hoje, e na organização do povo, através de associações, sindicatos e do Partido dos Trabalhadores, à época um partido enraizado na base. As famílias da Transamazônica foram atraídas pela política do Estado brasileiro de colonização da Amazônia, supostamente para defendê-la do domínio estrangeiro. Ironicamente, a Amazônia hoje está dominada pelo capital financeiro internacional. Por trás dos grandes empreendimentos há sempre algum grande banco. Essas famílias, então, sentiam-se abandonadas e inseguras nessas terras, e por isso o trabalho da igreja engajada foi muito importante. Uma questão de vida ou morte!

Entre as principais heranças desses missionários, estão os grupos de vizinhos e os almoços comunitários, já que não aceitavam alimentar-se sozinhos em casa de fazendeiros ou colonos.

Os grupos de vizinhos são semelhantes aos grupos de reflexão. Usam a própria bíblia e, com ela, debatem a realidade. Os almoços comunitários seguem-se imediatamente às celebrações. Neles aparece de tudo, desde a polenta do Sul até o Baião de dois do Nordeste. Cada família chega carregando uma vasilha com a comida já pronta e coloca numa mesa improvisada, que fica lotada e farta. Uma que outra comunidade tem uma cozinha simples e o almoço é feito ali, em mutirão. É uma continuação da comunhão! É uma extensão da mesa eucarística, com comida típica dos diferentes povos das várias regiões do Brasil – pois assim é o povo da Transamazônica -, quando as pessoas, juntamente com o missionário, sem nenhuma pressa, se confraternizam.

Além do trabalho de animação das comunidades na Paróquia Corpo e Sangue de Cristo, em Brasil Novo, há um trabalho de engajamento social. Em nível local, temos a Comissão Justiça e Paz, a qual já existia, mas cuidamos de revigorar. Fazemos reuniões, encontros, mobilizações. Já paramos a Transamazônica por diversas vezes a fim de exigir melhorias na estrada e, atualmente, a bandeira principal é a melhora da qualidade de água para abastecimento humano na cidade de Brasil Novo, que é muito precária. A fragilidade das políticas públicas em geral é grande justamente pela fragilidade da estrutura do Estado nessa perspectiva.

Em nível regional, trabalhamos junto aos atingidos de Belo Monte. A barragem atinge diretamente próximo de 60 mil pessoas, mas afeta negativamente toda a imensa área do Xingu. Esse trabalho tem um caráter sindical, político e popular.

O caráter sindical é a luta pelo direito! Segundo dados do Movimento dos Atingidos por Barragens, 70% das famílias atingidas no Brasil ficam fora da lista de indenização ou são mal

CONT.



indenizados. Em Belo Monte, pelo tamanho do empreendimento e pela diversidade dos atingidos (indígenas, ribeirinhos, camponeses, urbanos, oleiros, carroceiros, pescadores...), essa situação é pior. Estamos às vésperas do enchimento do lago, previsto para janeiro de 2015. Somente em Altamira, em torno de 30 mil pessoas deverão ser deslocadas e, dessas, apenas 150 famílias já foram transferidas para umas casinhas de concreto construídas pela Norte Energia, dona da barragem. Não há moradias para todas as famílias e, provavelmente, não haveria tempo hábil para sua construção. Além do mais, a prioridade absoluta dos donos da barragem é o muro de represamento do rio e a instalação das turbinas.

No caráter político, a luta é de resistência aos grandes projetos, entendendo que não são para beneficiar o povo, e pela mudança do modelo energético do país, que é centralizado e ditatorial. As barragens e a exploração de minério, por exemplo, são impostas de forma prepotente, planejadas e implantadas de acordo com a demanda do capital e, não, segundo a necessidade do povo brasileiro. Uma frase que resume esse trabalho é 'águas para a vida, não para a morte!', uma afirmação que exprime um sonho e um esforço concreto. Outra frase que revela o nosso projeto de sociedade é 'água e energia com soberania, distribuição de riqueza e controle popular', cunhada por ocasião do encontro nacional do MAB, que ocorreu nos dias 5 a 7 de setembro de 2013, em São Paulo.

Tanto no caráter sindical quanto político, nossa força é a pressão popular entendida como a somatória da força própria (base organizada), alianças táticas com outros segmentos organizados e simpatia da sociedade. Isso exige um trabalho de base continuado e muita habilidade para a construção do círculo o mais amplo possível de alianças, mas sem abrir mão do que é central.

Essa é uma possibilidade de missão na Amazônia, sem mitos, sem fotos chocantes. E toda pessoa sensível à causa do reino – seminarista, padre, leiga, leigo – é bem-vinda e, com a graça de Deus, terá momentos felizes com alguns desafios normais da vida, aprenderá muito e fará um bem imenso ao povo.



Parceria inédita entre Incra e UFPR garante curso de Direito para assentados e quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.05.2014

O Incra formalizou uma parceria inédita com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para oferta da primeira turma de Direito voltada ao público da reforma agrária e de remanescentes de quilombos. O termo de cooperação entra as duas instituições foi assinado em 29 de abril, na Faculdade de Direito da UFPR, pelo reitor Zaki Akel Sobrinho e o superintendente substituto do Incra no Paraná, Cyro Fernandes Júnior.

Com investimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Incra destinará R\$ 1,6 milhão para que 60 alunos provenientes de assentamentos ou de comunidades quilombolas possam ser graduados. A seleção de alunos acontecerá ainda em 2014 com a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Para o superintendente do Incra/PR, Nilton Bezerra Guedes, o objetivo de implantar uma turma especial é, além da ampliação de vagas na Universidade, dar oportunidade a esse público de ampliação de conhecimentos técnicos e o consequente desenvolvimento sustentado e integral das comunidades assentadas e quilombolas.

“É fundamental possibilitar a trabalhadores rurais a oportunidade de se graduarem no Curso de Direito a fim de que possam ter o preparo técnico necessário e indispensável para atuar nas diversas carreiras jurídicas, representando a visão dos trabalhadores rurais. Além disso, o protagonismo desses atores trará qualidade ao debate no meio universitário e uma nova dimensão da realidade ao campo jurídico e ao futuro das instituições”, diz o superintendente.

Metodologia

Nos dois primeiros anos do curso os alunos terão aulas em turma fechada e no mesmo espaço dos demais, no prédio histórico da UFPR. A partir do terceiro ano, os alunos das turmas regulares e da especial poderão conviver numa mesma sala de aula, caso se matriculem nas disciplinas optativas. “Acho que será um processo rico, uma integração interessante para ambas as partes”, diz o diretor do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR, Ricardo Marcelo Fonseca. O professor ressalta que as duzentas vagas ofertadas no curso de Direito, turnos da manhã e noite, permanecem inalteradas. “As 60 vagas da turma especial são novas, pois foram criadas especificamente para este público-alvo”, explica.

O Incra já formalizou parcerias com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) para a realização de curso técnico em Agroecologia e de Tecnologia em Agroecologia. Com a Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) para curso superior de Pedagogia do Campo. Com a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Unioeste para a criação de cursos de Pedagogia para Educadores do Campo, e com a própria UFPR para a realização de curso de especialização em educação do campo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

O Pronera tem como objetivo garantir o acesso à educação formal, ampliando o nível de escolaridade dos trabalhadores rurais, possibilitando aos assentados escolarização e formação técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Jefferson Oliveira Salles.



Índios denunciam condições de Casa de Apoio no Juruá
SÍTIO G1, 14.05.2014

*Falta de estrutura física e alimentação são as principais reclamações.
Coordenação garante solução de problemas em até 15 dias.*

O líder indígena José Naldo Maneiro de Oliveira Nukini, 41, procurou a imprensa para denunciar as condições da Casa de Apoio à Saúde Indígena do Juruá (Casai). Acompanhado de outros índios, o cacique afirmou que o local não está oferecendo condições necessárias para apoiar os indígenas que necessitam fazer tratamentos de saúde na área urbana de Cruzeiro do Sul (AC).

De acordo com o cacique da etnia Nukini, a Casai, que antes funcionava no município de Mâncio Lima (AC) foi transferida para Cruzeiro do Sul (AC), oferecendo agora um espaço físico menor para atender a demanda de índios doentes e acompanhantes que são encaminhados das aldeias para o centro. Segundo ele, o espaço apresenta ainda outros problemas estruturais, como falta de água e a parte de colchões velhos e sem condições de uso.

“Nós estamos em um momento crítico da saúde. Os colchões estão péssimos, sujos, e é melhor dormir no chão. Não tem espaço suficiente para acomodar todos que precisam vir para cá”, relatou o cacique Naldo Nukini.

O índio Antônio José Pereira, da etnia Arara em Porto Walter (AC), também está na Casai como acompanhante de um de seus filhos. A preocupação dele é em relação a doenças que possam ser transmitidas dentro da casa em decorrência do pequeno espaço e pelo fato de todos ocuparem o mesmo local, sendo que algumas doenças são transmitidas através do contato entre pessoas.

“Eu tenho uma preocupação pois tem muitos parentes que vem para cá com algumas doenças que nós não podemos estar juntos com eles, como os casos de tuberculose. Eles deveriam estar em um local mais reservado”.

Segundo o chefe da Assistência e Atenção à Saúde Indígena (Diasi), Paulo Roberto, o local onde a Casai está funcionando atualmente em Cruzeiro do Sul (AC) é provisório, devido a uma reforma que deverá acontecer nos próximos dias no prédio que fica em Mâncio Lima (AC), o que já havia sido esclarecido para os indígenas.

“Nós estamos nesse novo local há um mês, e existem algumas adequações que nós ainda estamos fazendo. Nós estamos trabalhando para sanar os problemas como o da água e de alguns colchões. E como trata de questões de processos as coisas são mais demoradas, mas nós estamos com nossa equipe acompanhando de perto e daqui a 15 dias estaremos com esses problemas resolvidos”, explicou o chefe do Diasi.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

A alimentação é outro ponto criticado pelos índios. De acordo com o cacique Naldo Nukini a quantidade de comida não é suficiente para suprir a fome dos indígenas, como também não está em acordo com a cultura deles.

O chefe substituto do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), Francisco Melo, responsável pela fiscalização da alimentação do local, explicou que a alimentação é diferenciada para pessoas doentes e acompanhantes. Sendo que o contrato com a empresa responsável por fazer a alimentação exige que sejam realizadas seis refeições diárias. Ele explicou que não existe possibilidade de realizar a alimentação conforme a cultura indígena, sendo que os doentes devem comer de acordo com a prescrição médica.

“Na verdade nós nunca vamos conseguir fazer o gosto deles, pois eles comem lá na aldeia do jeito deles, e aqui eles estão em uma casa de saúde onde a alimentação deve ser feita nos horários e quantidades certas estabelecidas pela nutricionista”, relatou.

A Casai atende atualmente os índios que são encaminhados dos municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul, no Acre, compreendendo 123 aldeias, de 16 etnias no total. Cada município conta com um polo base. Os encaminhamentos são realizados pelos polos de cada município para Casai quando compreendem que o indígena necessita do tratamento de média e alta complexidade que não pode ser oferecido na localidade.



Direito de Resposta concedido democraticamente a Rodrigo Siqueira, autor de "Índio Cidadão"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.05.2014



"No dia 14 de abril realizamos a pré-estreia do filme ÍNDIO CIDADÃO? no Memorial do Ministério Público Federal (MPF), na Procuradoria-Geral da República, em parceria com a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR) do MPF. A exibição pública foi seguida de debate com a presença de autoridades indígenas e da República: Ailton Krenak, Álvaro Tukano, Valdelice Veron, Dra. Deborah Duprat – Coordenadora da 6ª CCR –, Dr. Marco Antonio Delfino de Almeida – Procurador da República no município de Dourados/MS – e a Deputada Federal Érika Kokay. O filme aborda a visão indígena do processo de conquista e defesa de seus direitos constitucionais e traz a denúncia, de viva voz, do genocídio em marcha no Brasil contra a Nação Kaiowá Guarani. O evento demonstrou o engajamento do diretor e da equipe do filme em ecoar as vozes de autodeterminação dos Povos Originários nas instâncias de poder e de auxiliar o encaminhamento de graves denúncias perante as autoridades competentes.

Naquela noite, novamente me reuni com as lideranças indígenas, como de costume, pelo privilégio de contar com seus aconselhamentos na condução do nosso trabalho. Com a gravidade das denúncias trazidas pela guerreira Valdelice Veron, inclusive sobre a violência habitual contra as mulheres indígenas no processo de retomada das terras tradicionais, pensamos estratégias de ação para documentar e denunciar esse abominável cotidiano de violações sofridas pelas comunidades da Nação Kaiowá Guarani, no Mato Grosso do Sul. A madrugada nos surpreendeu com o eclipse lunar total, que para alguns Povos Originários não é bom sinal. Nessas tradições há o temor de que a escuridão se perpetue. Como o filme revela posicionamentos indígenas que contrariam os interesses de gente poderosa e influente, especificamente da Bancada Ruralista no Congresso Nacional, sempre estive preparado para encarar "eclipses" e ver o novo amanhecer.

CONT.



Só não poderia imaginar que o primeiro ataque viria de publicação em blog que acompanho e respeito, pelo trabalho independente de informação focado em questões pelas quais também milito. No dia 1º de maio, fui alertado sobre matéria, publicada pela senhora Tania Pacheco, com o título: “Índio Cidadão? – Retirado do blog por exigência do “detentor dos direitos”, embora disponibilizado pela TV Câmara”. O conteúdo do blog foi reproduzido em página de mídia social com a “marcação” de apoiadores do nosso filme. A autora revela surpresa pelo pedido, registrado por mim de forma protocolar, para a retirada do conteúdo integral do filme disponibilizado pelo blog. Antes de publicar a notícia, porém, a mesma esclareceu que o código para reprodução do filme estava disponível no site da TV Câmara; agradei a pronta resposta e informei que adotaria as medidas cabíveis, pois não existia autorização para tanto.

A matéria transcreve meu comentário, razão pela qual solicitei este pedido de resposta para esclarecer publicamente o encaminhamento dos fatos. O código de acesso ao filme foi efetivamente suprimido do site mencionado; é pública e notória esta constatação no seguinte link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/DOCUMENTARIOS/466038-INDIO-CIDADA0.html>. A TV Câmara possui o catálogo de vídeos “Baixe e Use”, no qual disponibiliza todas as suas produções originais para download e autoriza livre utilização/reprodução. Suponho que foi adotado o procedimento automático de disponibilizar o filme ÍNDIO CIDADÃO?, que contou com o fundamental apoio de produção da emissora mas foi realizados em co-produção por produtoras independentes – com o patrocínio do Fundo de Apoio à Cultura do GDF. Cogitou-se disponibilizar o filme na plataforma, decisão adiada em virtude da estratégia de distribuição ser orientada para emissoras de televisão.

Consideramos que este caminho de distribuição atende ao objetivo de maior difusão do filme e que a TV Câmara é uma emissora popular por permitir a sintonia em TV aberta e por assinatura, inclusive, via antena parabólica. O filme marcou sua estreia nesse canal, no dia 19 de abril de 2014, registrando a marca de 159.870 telespectadores – segundo dados da medição eletrônica de audiência registrada nas quinze maiores regiões metropolitanas do país. Estou convicto de que o filme não logrou tamanha difusão nos dias em que esteve, por um lapso, acessível na internet. Ademais, a sequência de exhibições que se seguiu, entre os dias 26/04 e 07/05, ampliou o alcance acumulado de audiência e deu importante retorno de público diverso – como de indígenas que assistiram em suas aldeias, por exemplo.

Os próprios protagonistas do filme relatam receber comentários constantes de telespectadores. A Valdelice Veron, liderança ameaçada de morte, nos agradeceu por “fazer a câmera falar” e disse que a Maria Rita Kehl comentou da importância do lançamento do filme no atual momento, durante contato nos recentes trabalhos da Comissão Nacional da Verdade no Mato Grosso do Sul. O grande desafio dos filmes produzidos no país é a eficaz distribuição, ou seja, a estratégia de exibição em “janelas” (TV, cinema, internet etc.) nas quais alcançará formar público e, no nosso caso, promover o debate sobre o gravíssimo contexto encarado hoje pelas Nações Indígenas no Brasil. A televisão continua a ser o meio de comunicação massivo mais popular e por isso nos dá a perspectiva de atingir público espontâneo que desconhece a história e a realidade dos Povos Originários no país. Muitas dessas pessoas tiveram acesso a 52 minutos de palavras marcantes e protagonismo indígena na Capital Federal em seus televisores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

Ainda não existe previsão para disponibilizar o filme na íntegra pela internet, pois profissionais experientes consultados me indicaram que tal decisão reduziria ao mínimo as chances de distribuição para outras emissoras televisivas. Entretanto, esse fato não impediu a cessão gratuita dos direitos de exibição do **ÍNDIO CIDADÃO?** para pessoas e organizações interessadas em promover sessões do filme, recém lançado. Me alegra muito o reconhecimento da importância do filme e a percepção de que cumpre com seu objetivo primordial de provocar o debate. No presente mês faremos a distribuição gratuita de 1.000 cópias para Pontos de Cultura Indígena, organizações indígenas ou indigenistas e escolas públicas e indígenas das 5 regiões do Brasil. Essas atitudes demonstram o nosso compromisso, enquanto realizadores, de difundir o seu conteúdo – tudo feito de forma gratuita, até então.

Todos os questionamentos são válidos nos espaços democráticos e considero positivas as reflexões agregadas pela análise matéria, independente da profundidade da crítica implícita. Não me senti atacado ou ofendido pelo seu conteúdo, apenas lamento o aparente descrédito publicamente atribuído ao meu comunicado protocolar. Mas é compreensível, como aprendi nas palavras da Valdelice Veron, reza a filosofia Kaiowá: "Para nós índios, nós Kaiowá, a palavra é sagrada. Só que para não-índio não é assim, só acreditam no papel". No que se refere à autoria da obra, o seu registro no Escritório de Direitos Autorais é público e posso disponibilizá-lo sem constrangimento, afinal, um filme que se propõe a discussão de direitos nunca se furtará a defesa dos seus próprios.

Por último, vale ressaltar que o filme é uma realização coletiva, como é da própria natureza da atividade cinematográfica. Existem muitas pessoas vinculadas ao nosso trabalho e relações contratuais formais com a TV Câmara, entre as co-produtoras e demais acordos com as produtoras associadas. Tenho o compromisso de zelar pela minha palavra com as lideranças indígenas e as decisões do coletivo que realizou este trabalho. Não hesitarei em seguir no esforço de difundir o filme na televisão, onde não há cota para índio. Esclareço que, de forma impessoal, serei obrigado a protestar qualquer vez em que o filme for disponibilizado na internet. De antemão agradeço o espaço da resposta, confiante na sua divulgação no blog e direcionamento aos destinatários específicos – marcados na rede social quando da publicação da matéria citada. E diga ao Povo que avance!

Brasília, 14 de maio de 2014.

Rodrigo Siqueira, autor do "ÍNDIO CIDADÃO?".

A resposta acima se refere ao post Índio Cidadão? – Retirado do blog por exigência do "detentor dos direitos", embora disponibilizado pela TV Câmara, publicado em 1 de maio de 2014.



Estudantes indígenas põem em prática conhecimentos do curso técnico de enfermagem no Jets

SÍTIO SURGIU, 14.05.2014

Para a turma do 4º ano do ensino médio técnico em Enfermagem, a experiência serve para por em prática o que aprenderam em sala de aula

Além de participarem como atletas dos Jogos Estudantis do Tocantins (Jets), alunos do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (Cemix) Warã, em Miracema, a 78 km de Palmas, também auxiliam no atendimento aos estudantes que necessitam de primeiros socorros.

Para a turma do 4º ano do ensino médio técnico em Enfermagem, a experiência serve para por em prática o que aprenderam em sala de aula. O trabalho dos alunos nos Jogos é supervisionado pelo coordenador do curso de enfermagem, professor Yuri Couto Viana. "Eles estão aptos a realizar o atendimento inicial, realizando os primeiros socorros. Em casos mais graves chamamos a ambulância e acompanhamos o paciente até o hospital. Esta é a segunda turma concluinte, mas é a primeira vez que os alunos vêm auxiliar nos Jets", ressalta.

Um dos estudantes de enfermagem que estão atuando nos Jogos é Romário Srwasde Xerente. Ele conta que sempre se interessou pela área da Saúde e poder participar da competição foi uma grande oportunidade. "Para nós é um privilégio estar aqui dando assistência nos Jets. Esses quatro anos aprendemos para isso e ao mesmo tempo em que colocamos em prática também aprendemos mais", enfatiza o estudante, que já planeja cursar também Medicina e ajudar a comunidade indígena.

Sobre os Jogos

As fases regionais dos Jogos Estudantis estão sendo realizadas desde o fim do mês de abril e seguem até 6 de junho. Ao todo, as competições foram divididas em 10 regionais e, após a classificação dos alunos nesta etapa, será realizada a fase estadual dos Jogos e definição dos vencedores dos Jogos em 2014.



Governo entrega alimentos às Comunidades Quilombolas Grotão Vale do Gameleira e São Joaquim

SÍTIO SURGIU, 14.05.2014

A importância da distribuição dos alimentos para as comunidades foi destacada pela presidente da Associação Quilombola Grotão Vale do Gameleira, Maria Aparecida Pereira

Famílias das Comunidades Quilombolas Grotão Vale do Gameleira, no município de Filadélfia, e São Joaquim, no município de Porto Alegre do Tocantins, foram beneficiadas com a doação de quase 3,5 mil quilos de alimentos no último final de semana. A entrega foi realizada pelo historiador e supervisor dos Afro-descendentes e dos Povos Indígenas, da Secretaria de Defesa Social (Seds), André Luiz Gomes da Silva. As cestas foram doadas pelo Governo Federal, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento(Conab).

A importância da distribuição dos alimentos para as comunidades foi destacada pela presidente da Associação Quilombola Grotão Vale do Gameleira, Maria Aparecida Pereira. "Não temos como produzir, só mesmo a mandioca. Enquanto não sair a desapropriação, não temos como produzir arroz, milho, feijão, batata doce e outros. Estamos muito felizes com as cestas básicas, pois com esses alimentos temos como manter as crianças e os idosos alimentados. Se não fossem as cestas básicas, não sei como estaríamos passando não".

Palestra no Colégio Vicente Vieira

Ainda no final de semana, André Luiz ministrou palestra no Colégio Vicente Vieira, no Município de Barra do Ouro, abordando a Lei nº 11.645/08, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", a Lei nº 10.639/03, que prevê a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e o papel da escola no enfrentamento ao racismo.

Segundo o professor André, esta foi a primeira palestra com a temática realizada nesse Colégio. O público, composto pela equipe educacional e cerca de 60 alunos do Ensino Médio, interagiu por meio de questionamentos; estendendo a duração da palestra de 1h30min para 4h, com convite para retornar. "Participar do debate sobre essas leis foi de suma importância, pois foi aberto um canal de diálogo e reflexão aos professores e alunos sobre a temática afro e as várias formas de preconceitos", destaca André, que também discorreu sobre racismo, intolerância correlata, xenofobia, cultura e história afro, entre outros temas.

Lei nº 11.465/2008

A Lei 11.465/08 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº
CONT.



10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

No seu Art.1o traz que o Art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 26-A nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Lei nº 10.639/2003

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 incluiu no calendário escolar o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".



Complexo turístico segue fechado 1 ano após construção em Porto Velho
SÍTIO G1, 14.05.2014

*Impasse entre município e estado impede abertura do local para visitação.
De acordo com SPU, destinação da área será definida até o final do mês.*

Desde que a obra do Centro Cultural Indígena de Porto Velho foi concluída, em março do ano passado, o espaço segue com as portas fechadas para visitas. A estrutura foi construída no entorno da centenária Capela de Santo Antônio, numa área revitalizada por meio de um projeto de compensação da Usina Santo Antônio. Um impasse sobre a administração do local impede a sua utilização.

Durante os finais de semana, é grande o número de visitantes no local, principalmente aos domingos, quando é realizada a missa na capela, importante patrimônio cultural do estado. A professora Neuza Morales lamenta a situação. "Espero que da próxima vez que vier aqui já esteja funcionando, que tenha coisas melhores para a gente ver", diz Neusa.

Na área foram construídos cinco prédios, incluindo uma oca, com cerca de 120 metros quadrados, projetada para a realização de vários eventos culturais. Entretanto, sem manutenção, o matagal já toma conta do local. No espaço destinado a um museu, os cupins tomam conta das paredes. No centro de exposições, há marcas de infiltração por todos os lados.

A única parte da estrutura que tem acesso liberado aos visitantes são os banheiros. Quem toma conta do local é o administrador da capela, Antônio Moisés, que também faz a limpeza no entorno. "É uma coisa que alguém tem que fazer. Eu esperei muito para que o poder público viesse, não veio e eu não vou deixar que o mato assuma mais do que o que ele já assumiu", diz Moisés.

Segundo Moisés, todo o impasse gira em torno da área que pertence a União. A Superintendência Estadual de Turismo (Setur) manifestou intenção em administrar o local, e teria enviado os documentos solicitados pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

Se acordo com o superintendente da SPU em Porto Velho, Antônio Ferreira, inicialmente faltou definir a quem seria destinado e em função dessa indefinição continuou sobre a gestão da Santo Antônio Energia, que se responsabilizou pela segurança do local até o final de 2013.

Em relação ao andamento do pedido, há dois: um do município de Porto Velho, sendo este o primeiro, e outro do Estado de Rondônia, com base inclusive em uma preferência que o estado têm sobre os bens originários da área da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Antônio explica que, com relação ao pedido da prefeitura, falta o município apresentar um

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

orçamento específico para aquela área. "Ou seja, a prefeitura mostrar claramente que dinheiro ela vai investir naquela área, para ter a questão da guarda e manutenção no futuro e não acontecer o que está acontecendo na estação da Madeira-Mamoré no centro da cidade", diz Antônio, referente ao Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Segundo ele, este recurso específico já foi apresentado pelo estado e, ambas as situações, então sendo avaliadas. A expectativa é de que haja uma definição sobre a destinação da área até o final deste mês.



Liderança indígena do Mato Grosso do Sul diz que “instabilidade no campo é total” e cobra ação da Funai

SÍTIO CENÁRIO MT, 14.05.2014

Depois dos protestos do setor produtivo rural contra os abusos cometidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que emite falsos laudos antropológicos para justificar novas demarcações de terras indígenas, agora são os índios que reclamam publicamente da ineficiência da entidade. Foi o que fez o presidente da Associação Estadual dos Direitos Indígenas (MS), Danilo de Oliveira, em depoimento à Comissão Especial da Câmara dos Deputados, encarregada de analisar Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215), que visa a dar mais transparência aos processos de demarcação de terras indígenas.

A Comissão, que vem realizando uma série de audiências públicas nos estados onde há conflitos agrários, esteve no Mato Grosso do Sul na última sexta-feira (9/05). Nenhum representante da Funai compareceu à conferência que lotou o plenário da Assembleia Legislativa, onde o índio Danilo, da etnia Terena, afirmou que “a instabilidade no campo é total”, e defendeu a posição dos produtores rurais ali presentes, entre os quais o presidente da Federação estadual da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL, Eduardo Riedel. “Isto é horrível! Como é que vocês estão pensando em acordar amanhã e, de repente, ter a propriedade cercada de índios?”, questionou.

Em seguida, reafirmou que, se há algo que todos buscam – “tanto nós indígenas como os produtores” – é a paz. E reclamou que os índios têm passado fome, criticando a atuação da Funai. “Vem a Funai com todo aquele aparato que não deveria ser discutido, que é a criação de grupo de trabalho para saber se a terra é indígena ou não. A Funai tem usado esse subterfúgio para arrecadar recursos, fazendo parcerias com ONGs”, denunciou Danilo.

O próprio governo contabiliza 11 mil índios que vivem da agricultura, como os Terena. Segundo o líder indígena Danilo Oliveira, todos passam privações. “O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou em erradicar a fome quando assumiu, mas digo para vocês que, nas comunidades indígenas, se come mandioca e farinha no almoço”, destacou, concluindo que, como só ingerem amido, o índice de diabetes entre os indígenas é cada vez mais alto.

Foi então que cobrou uma intervenção das autoridades competentes: “Infelizmente, eu critico a Funai porque até hoje não houve, em nenhum momento por parte das instituições, vontade política para se estabelecer um programa específico na agricultura”.

Em seu depoimento, Danilo relatou que os índios olham para o lado e veem os agricultores produzindo e prosperando, enquanto eles, sem o apoio da Funai, não conseguem produzir e passam dificuldades. Se houvesse o apoio reclamado e os indígenas conseguissem produzir bem, em suas áreas, certamente não haveria conflitos tão agudos.

Após destacar que seu povo não tem dinheiro para comprar carne nem para vestir seus filhos,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

Danilo justificou as invasões de terras como "os únicos subterfúgios que os índios têm de chamar atenção do governo", e protestou: "O que tem acontecido é lamentável e não podemos ficar parados. Nós estamos nos matando. É preciso que haja uma intervenção do Estado de forma eficaz, para que venhamos a fazer diferente. Precisamos mudar", encerrou o líder.

Apesar da ausência do Ministério Público e da Funai, o relator da PEC 215, deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR), considerou positivos os resultados. Depois da audiência pública em Campo Grande, o relator participou de uma outra em Salvador, na segunda-feira (12/05). O conflito agrário agravou-se no sul da Bahia, onde um agricultor que lutava contra a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença foi assassinado.

Foi nesta região tradicional de produção de cacau que a Funai emitiu um laudo antropológico, identificando a área como indígena. A suspeita de fraude no laudo foi tão evidente que o próprio Ministério da Justiça determinou à Funai que refizesse o processo.

BAHIA

Nesta segunda-feira, 12 de maio, o 1º Vice-Presidente da CNA e Presidente da FAEB, João Martins da Silva Junior, esteve na Assembleia Legislativa, Centro Administrativo da Bahia, para debater a PEC 215.

"O Congresso Nacional, com certeza, vai buscar um relacionamento melhor e um encaminhamento mais justo e democrático para essas questões indígenas na Bahia e no Brasil", disse João Martins da Silva Junior. Saiba mais: <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/faeb-participou-das-discussoes-sobre-pec-215>

Assessoria de Comunicação CNA
Telefone: (61) 2109 1411/1419
www.canaldoprodutor.com.br



Assembleia Legislativa sedia discussão nacional sobre demarcação de terras
SÍTIO JORNAL DIA DIA, 14.05.2014

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul reuniu, na sexta-feira (9), autoridades federais e estaduais, lideranças indígenas e produtores rurais para discutir as demarcações de terras. "Estamos todos aqui juntos e dispostos a reforçar o diálogo para construir um novo tempo de paz e prosperidade e, por isso, também quero enaltecer a presença dos indígenas que estão aqui para avançar neste debate", afirmou o presidente Jerson Domingos (PMDB), dirigindo-se às lideranças presentes. A Conferência sobre o Processo de Demarcação de Terras Indígenas, foi realizada em conjunto com a Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

De Três Lagoas participou o presidente do Sindicato Rural, Pascoal Luiz Secco. Segundo o dirigente, apesar de a região não ser foco de conflitos agrários envolvendo indígenas e fazendeiros, como hoje ocorre em outras regiões de Mato Grosso do Sul e do País, é importante que as entidades envolvidas nos processos produtivos do agronegócio participem das discussões e que também reforcem o movimento ruralista em favor da defesa do direito de propriedade. A Assembleia foi totalmente ocupada por produtores rurais e dirigentes sindicais, na grande maioria.

O deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR) lamentou a ausência da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Enfrentamos resistências ao nada, de pessoas que encaram essa questão com puro preconceito", analisou. Serraglio informou que várias conferências estão sendo realizadas pelo Brasil com o objetivo de ampliar o debate com as autoridades e a sociedade para colher subsídios à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000. "Estamos aqui na Assembleia Legislativa com a importante oportunidade da sociedade se manifestar, para que consigamos construir uma proposta nacional", disse.

O presidente da Famasul, Eduardo Riedel, definiu que ao não comparecer ao debate, as instituições representantes dos indígenas demonstram seu direcionamento a partir de interesses que nem sempre são legítimos. O dirigente lamentou a ausência do poder público. "Estado bandido é o pior que tem para qualquer democracia. E nós, infelizmente, estamos lidando com isso". Riedel lembrou ainda o indígena Oziel Gabriel, morto devido aos conflitos causados por invasões, e o produtor rural Arnaldo Alves Pereira, torturado e morto por indígenas em Douradina no ano passado. Também questionou o direcionamento dado diante das recentes ameaças de novas invasões por parte dos indígenas. "Alocar R\$ 120 ou R\$ 130 mil para a compra (da área da Buriti) é um pinga no oceano que se criou. O que vai acontecer depois dessa compra?".

O deputado é relator da PEC que tramita há 14 anos no Congresso Nacional e altera os artigos 49 e 231 da Constituição Federal para acrescentar às competências exclusivas do Congresso Nacional para demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Estabelece, ainda, que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulados em lei ordinária, e não mais por decreto do Executivo. Serraglio informou que concluirá o relatório final em até um

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

mês, quando o texto deverá ser votado na comissão e depois seguir para apreciação do Plenário. São necessários dois terços dos votos da Câmara Federal para a aprovação da PEC.

Para o governador André Puccinelli (PMDB), não basta somente garantir terras aos indígenas, mas implantar uma eficiente política indigenista, também assegurando o ressarcimento aos produtores. "Os índios precisam de muito mais do que terras e o FEPATI, criado aqui pela Assembleia Legislativa demonstra que também é possível ressarcir os produtores", afirmou. Representando a Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), o prefeito de Iguatemi, José Roberto Arcoverde (PSDB), lembrou dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais para garantir atendimento em saúde e educação às famílias indígenas. "Às vezes, é preciso construir escolas em áreas invadidas, o que não é permitido, mas por outro lado não podemos deixar as crianças indígenas sem escola", disse.

Para o desembargador federal Luiz de Lima Stefanini, que representou na conferência o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a PEC 215 será uma lei importante para inaugurar uma nova realidade: "hoje não temos lei para tratar do assunto, o que está sendo discutido não é uma desapropriação. O que será feito é pagar o preço justo aos proprietários". "Há um esforço muito grande do Executivo e do Legislativo local em solucionar a questão, mas a solução deve vir de quem tem legitimidade para isso, que é o Congresso Nacional", afirmou o desembargador Sérgio Martins, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ/MS).

Por: Sindicato Rural de Três Lagoas - Assessoria de Imprensa Social



A saga paulistana dos Kariri-Xocó
SÍTIO OUTRAS PALAVRAS, 14.05.2014

Dez horas da manhã no Centro de Convivência da Criança e do Adolescente, no bairro Filhos da Terra, periferia da Zona Norte da cidade de São Paulo. No local, a Associação Mutirão do Pobre – ONG que trabalha junto à Secretaria de Assistência Social da prefeitura – planejou na primeira segunda-feira de maio uma atividade diferente para as cerca de 60 crianças de escolas públicas da região.

Subindo a sequência de escadas, chegamos a uma pequena quadra de cimento, ao redor da qual foram arranjadas longas fileiras de cadeiras. Numa delas, um grupo de crianças paramentadas de ornamentos coloridos aguarda o começo dos acontecimentos: uma homenagem a seus convidados, índios da tribo Kariri-Xocó.

À sua frente, noutro canto da quadra, continuam os preparativos. Funcionários amarram, com barbantes, bananas em dois pés da fruta colocados sobre o cimento. Localizado no alto do morro, desse local é possível avistar o grande amontoado de casas, assimétricas e descoloridas, que compõe a paisagem.

Quando os Kariri-Xocó surgem, o ruído entediado dos estudantes cede lugar à atenção compenetrada. Vestidos de traje ritual, rostos e corpos pintados, os quatro integrantes da etnia contam apenas com a voz e com suas maracas (chocalhos) para dar conta da apresentação. Eles iniciam com a toré (canto de celebração), realizando nesse cenário improvável uma dança antiga das margens do rio São Francisco. Luciano, dez anos, que há pouco tentava imitar a melodia dos índios, de repente se vira para nós: “Será que eles se vestem assim para ir ao supermercado?”.

Do sertão para a capital. A pobreza do Baixo São Francisco, em Alagoas, onde vivem os Kariri-Xocó, é a razão pela qual os índios estão hoje diante dessas crianças da periferia paulistana. Uma das etnias mais antigas do estado, os Kariri-Xocó que conhecemos carregam uma missão pesada e cheia de interditos. Eles insistem no viés cultural (“estamos levando a cultura”) presente na atividade migratória pendular. Porém, um dos temas frequentes da conversa são as oportunidades de venda – de troca, como enfatizam –, quaisquer, inclusive em possíveis estandes de produtos indígenas durante a Copa. “Não falo vender, falo trocar por um dinheiro, porque para mim é um pedaço de papel. E hoje, o índio também tem que se movimentar por causa desse papel”, constata um representante Kariri-Xocó em vídeo de 2006.

Há tempos estes índios dependem desse tipo de comércio para sobreviver. Todo ano, diversos grupos – compostos por cerca de oito pessoas, cada – sai de sua terra para vender a produção artesanal em São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina. “Cada um desses grupos responde pela economia de 60 famílias”, conta um deles. Para se ter uma ideia, durante a enchente que impediu o ciclo de cheia e baixa do São Francisco sobre as terras cultiváveis da região, em 1979, o artesanato foi a única atividade para garantir o sustento da tribo. O histórico de pobreza se reflete também no trabalho de alguns índios como mão-de-obra barata

CONT.



em grandes fazendas de cana-de-açúcar e pecuária, as mesmas responsáveis pela desestruturação e miséria de vários povos indígenas de Alagoas.

Wiryçá, 30 anos, fala do contato que tiveram ali com as crianças: "Eu digo que todo mundo, no fundo, é índio. A dança que as crianças fizeram com a gente, sem ensaiar, mostra para mim como é verdade. Porque está no coração delas." Na entrevista a seguir, ele e Tibiriçá, 55, contam sobre a necessidade de migrar uma ou duas vezes por ano, decorrente da pobreza: "Até hoje, tem índio lá que não acende o fogo porque não tem o que comer". Segundo o censo de 2010 do IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Porto Real do Colégio, na região onde vivem, é de 0,551, bem abaixo do de Maceió, de 0,721.

Quem são os Kariri-Xocó?

Wiryçá: Somos um grupo indígena que fica em Alagoas, na divisa de Porto Real do Colégio. Ao todo, lá existem 27 etnias de índios. Nossa tribo é a mais velha do estado de Alagoas. É uma tribo-mãe, como nos chamam, porque reúne várias etnias. Através de nós, foram nascendo Xucurus-Kariris, Karapotós, Aconãs e outros. Tem pessoas de outras tribos que moram com a gente, os Pankararús, por exemplo. Porto Real do Colégio fica na baixa do rio São Francisco, a cerca de duzentos metros do rio.

Como vivem os Kariri-Xocó?

Wiryçá: A gente faz esses trabalhos [de venda de artesanato] para ajudar a comunidade. Nossa condição é precária porque muitos não têm emprego. Esse artesanato que a gente traz é produzido por mais de 60 famílias. A gente vende, arrecada e manda o dinheiro. Os Kariri-Xocó estão espalhados por vários estados durante certo período, divulgando a cultura indígena e vendendo artesanato. Quando termina o mês de abril, a maioria volta para a aldeia, para continuar fazendo artesanato. No início do ano, a gente prepara e faz o ritual do Ouricuri [ritual sagrado cujo acesso é permitido somente aos Kariri-Xocó], que dura todo o mês de janeiro.

Há um problema antigo de legalização das terras indígenas dos Kariri-Xocó. Por que?

Wiryçá: Muitas terras, em Alagoas, já foram demarcadas. O problema é que [quem vive lá atualmente] não é qualquer posseiro, mas "posseiros políticos"; por isso que a nossa terra, apesar de demarcada, ainda não foi liberada. Fomos para Brasília e falamos com o presidente da Funai. Aí as terras foram demarcadas. Mas toda decisão que chega, os posseiros recorrem. Volta para a justiça e fica muito tempo sem liberar.

Tibiriçá: Os posseiros se unem todos para conseguirem uma liminar que anule as demarcações. E os índios... é um problema... Porque a gente não tem um deputado, um governador. A Funai, o governo está acabando com a Funai. Precarização da saúde, da educação, da assistência nas terras indígenas. Não tem orçamento. Poucas coisas melhoraram. Hoje, os professores são indígenas. Antigamente, eram brancos. Hoje, além da nossa própria cultura, esses professores ensinam também português e matemática.

Qual o objetivo da sua tribo em São Paulo e outros estados?

CONT.



Wiryçá: Divulgar a cultura, porque a gente é um povo muito sofrido. A gente mostra o nosso costume, a tradição e a religião. Também vivemos do comércio indígena. Precisamos vender nosso artesanato, porque o que a gente planta não é suficiente. Não conseguimos caçar, porque está proibido. E a pesca, a gente tem lagoa, mas é por etapa. A pesca acaba logo. Porque é muita gente. Vai a aldeia completa pescar numa lagoa. Essa lagoa, ela seca. Precisamos de uma bomba para puxar água do rio para lá.

Vocês esperam ter alguma oportunidade com a Copa do Mundo?

Wiryçá: Ficamos sabendo por alto que vai ter um espaço para os indígenas aqui em São Paulo. A gente queria um local para vender artesanato. Talvez a prefeitura pudesse ajudar. Isso ia trazer muito recurso porque... Quantas pessoas iam comprar artesanato?! Muitas. Os gringos poderiam levar pulseira.

Como os Kariri-Xocó vêm para São Paulo?

Wiryçá: A gente vem usando a coragem. A gente sempre encontra uma alma boa. E contatamos uma amiga que abriu a casa para cinco, seis índios. São poucas as pessoas que fazem isso. A gente não vai morrer de fome, não. Até hoje tem índio lá que não acende o fogo porque não tem o que comer. Tem índio lá que não conhece o mundo. Fica só lá. A gente, jovem, mete a cara e vem. Arrecada alimento e manda para a aldeia. Tudo por nossa conta.

Como vocês mandam esses alimentos para a aldeia?

Wiryçá: No Brás tem baú. Você chega e pergunta quanto é o baú. Mil e quinhentos reais, por exemplo. Junta dez ou quinze índios, divide, e manda para lá. Nas escolas públicas, pedimos alimentos não perecíveis. Vai de caminhão para a aldeia. Quando pedimos esses alimentos, o branco pensa: "será que mandou mesmo?". Duvidam que somos índios. Precisamos comprovar que somos índios. Perguntaram se a gente tinha portfólio. A gente não sabia o que era isso. Aprendemos agora.

Em Porto Real do Colégio vocês sentem o impacto dos problemas ambientais?

Wiryçá: Nós sentimos, sim. Gosto sempre de escutar os mais velhos. Minha avó dizia que a estrada do ritual era pequenininha assim [distância de um dedal com as mãos]. Só cabia uma pessoa. Hoje, a estrada é bem maior e o mato está ficando ralo, acabando. Por isso que queremos fazer projeto de reflorestamento. Ajuda a gente e todas as pessoas. Mas não vale a pena falar com as autoridades locais. Aqui [em São Paulo] é mais fácil. Mais fácil levar um projeto daqui para lá. O São Francisco está seco. Você anda 500 metros [para dentro do rio] e a água fica na sua barriga. Antigamente, não. Eu era de acordo com que fizessem a transposição, mas sem usina. Desativando usinas. Tem sete usinas. Lá em cima, a água é bonita. Em baixo, onde a gente vive, está seco.



Governador pede crédito do Banco Central para agricultores atingidos pela enchente
SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 14.05.2014

Em audiência com diretores e técnicos do Banco Central, em Brasília, o governador de Rondônia, Confúcio Moura, reivindicou a prorrogação na linha especial de crédito de investimento para agricultores familiares, ribeirinhos e extrativistas afetados pelas enchentes do rio Madeira.

Confúcio reafirmou o status de calamidade pública no âmbito estadual em razão do desastre provocado pela enchente, e, segundo ele, o fenômeno atingiu aproximadamente 100 mil pessoas em Rondônia, por isso faz-se necessária análises das políticas de créditos estabelecidas no Conselho Monetário Nacional (CMN), operadas pelos agentes financeiros públicos, dentre eles, linhas especiais de créditos e as renegociações das dívidas de financiamentos com amparo na lei vigente.

“Nós também precisamos da abertura de outras cláusulas, por exemplo, como as resoluções do Banco Central em harmonia com o Ministério da Fazenda para a criação de créditos especiais a serem concedidos a ribeirinhos e extrativistas atingidos pela enchente do rio Madeira que precisam reconstruir suas vidas”, enfatizou Confúcio.

O governador destacou que existem muitas modalidades de créditos, mas no caso de pessoas que tiveram grandes perdas e não têm o título definitivo da posse da terra, torna-se ainda difícil, por isso é necessário que se inclua esses pequenos produtores em um modelo diferenciado, como se fosse um Pronaf especial. “Todos perderam muito, então, se não houver um entendimento nacional, principalmente por órgãos de regulação de controle, como é o Banco Central, fica difícil sozinho, com as próprias forças fazer tudo de uma vez”, concluiu.

Confúcio Moura enfatizou que Banco Central tem na história muitas situações de concessões de créditos agrícolas com reduções de juros e aberturas de novos créditos por esse motivo reivindica essa demanda do Banco Central.

Participaram da audiência com o governador, a superintendente de Integração do Estado de Rondônia, em Brasília, Elizete Lionel; o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações de Crédito Rural do Banco Central, Sidney Correa Marques; o gerente de regulação e Controle das Operações Rurais do Bacen, Deoclécio Pereira de Souza; a Chefe adjunta de Unidade, Maria Eunice de Oliveira; o chefe adjunto do Departamento de Normas do Bacen, Júlio Cesar Paranatinga Carneiro; e o chefe da assessoria parlamentar do Banco Central, David Falcão.

Fonte: Decom



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

Ministro da Educação aguarda Justiça sobre possíveis investimentos em escolas indígenas no RS

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 18.11.2013

Ministro também falou sobre as ocupações e greves na Ufrgs

O ministro da Educação, Henrique Paim, afirmou, na manhã desta quinta-feira, que está acompanhando o caso de Faxinalzinho, tratado pelo Ministério da Justiça. Cinco índios foram presos suspeitos de matar dois agricultores no município. Eles teriam tentado furar um bloqueio promovido pelos indígenas. Durante o programa Bom Dia Ministro, da Rádio Nacional, Paim disse que as escolas indígenas, que é uma reivindicação, recebem investimentos pesados da Pasta. Se o Ministério da Justiça considerar necessário novos investimentos, a Educação, em conjunto com o governo do Rio Grande do Sul e as Prefeituras podem realizar.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs)

O ministro também respondeu a indagação sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). A instituição tem alunos ocupando a Reitoria, solicitando investimentos em alguns cursos; ocupação da Faculdade de Direito, onde os estudantes pedem a anulação de um concurso para docente na disciplina de Criminologia e Direito Penal; e a greve dos servidores que ocorre há dois meses.

Segundo Paim, a Reitoria da Universidade tem autonomia para resolver os impasses que ocorrem na instituição. No entanto, a Pasta irá contatar o reitor em exercício Rui Vicente Oppermann para verificar o que pode ser feito para solucionar os conflitos e trazer a paz para a Universidade. Sobre a paralisação dos servidores, o ministro afirmou que, nos últimos anos, os servidores da educação tiveram o maior reajuste da história.



Inclusão digital: Governo percorrerá comunidades indígenas e quilombolas
SÍTIO PORTAL BRASIL, 15.05.2014

Dois consultores contratados pelo Prodoc irão mapear programas de inclusão destinados a esta parcela da população

O Ministério das Comunicações vai mapear iniciativas de inclusão digital em comunidades indígenas e quilombolas de todo o País. O objetivo é reforçar e expandir as políticas públicas que atendem a essas populações. O levantamento dos dados vai ser feito por dois consultores contratados pelo Prodoc, programa de cooperação do ministério com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O mapeamento consiste na visita a comunidades indígenas e quilombolas atendidas por programas de inclusão digital, na avaliação do impacto dessas iniciativas e no uso de dados sobre as ações de inclusão implementadas pelo governo federal.

O diretor de Articulação e Formação da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, Cristiano Passos, explica que programas como o Gesac e os telecentros já atendem a algumas dessas comunidades e que as informações coletadas vão ajudar no aperfeiçoamento dessas ações.

"O que a gente espera é um estudo analítico das políticas já existentes, apontando os limites e as possibilidades de expansão, o mapeamento dos conteúdos específicos de formação de inclusão digital para essas duas comunidades e no final disso, uma proposta de aperfeiçoamento da política de inclusão digital para as comunidades indígena e quilombola", afirma.

Passos lembra também que o edital de estudo das comunidades quilombolas conta com o apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), vinculada à Presidência da República. O prazo para conclusão dos estudos varia de sete a oito meses a partir da contratação dos consultores

Prodoc

O projeto de cooperação técnica entre o Ministério das Comunicações e a Unesco foi firmado em outubro de 2012 para a realização de estudos e pesquisas nas áreas de telecomunicações, radiodifusão, inclusão digital e conteúdos digitais criativos, que são as áreas de atuação do MiniCom.

A ideia é que todo esse material produzido, que engloba estudos, pesquisas e ferramentas de avaliação, contribua para o aperfeiçoamento das políticas públicas a cargo do Ministério das Comunicações.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

Fonte:
Ministério das Comunicações



Indígenas interditam BR-843 na visita de Dilma a Cabrobó

SÍTIO DIÁRIO DO GRANDE ABC, 15.05.2014

Protestos com interdição da BR-843 marcaram a visita da presidente Dilma Rousseff ao município de Cabrobó (PE), a 580 quilômetros de Recife, onde ela vistoriou obras de transposição do Rio São Francisco. A presidente nada viu durante a sua rápida passagem de 25 minutos pelo local. Não fez discursos nem deu entrevista. Limitou-se a tirar fotos com alguns operários da obra.

O líder Yssô Truká, indignado, comandou uma dança Toré, de protesto, no quilômetro 27 da BR-843, a cerca de 3 quilômetros do local visitado pela presidente. Ele "pediu postura e respeito do governo em relação à comunidade indígena" e defendeu que o Brasil seja passado a limpo. "O poder judiciário deveria meter todo mundo na cadeia, inclusive a presidente Dilma. Quem cala consente."

Contrário à transposição do São Francisco desde o seu anúncio, ele defende "políticas públicas que realmente ajudem o povo. A transposição só atende o agronegócio e os barões. Fomos traídos pelos governos Lula e Dilma. Os indígenas estão sendo massacrados pelas ações do governo federal". Para ele, "nenhum dos candidatos à Presidência merece crédito".

A comunidade Toré em Cabrobó vive na ilha de Assunção, com uma população de 6 mil pessoas, a maioria da etnia.

Populares também se manifestaram contra o governo, liderados pelo funcionário público estadual Elió Enai Dias, 25 anos. Ele cobra promessas do governo federal em relação ao município, anunciadas desde 2005. As mesmas cobranças e pleitos foram entregues pelo prefeito de oposição, Auricélio Torres (PSB), à Casa Civil, para que chegassem às mãos da presidente. O prefeito estava indignado, porque não teve oportunidade de falar no evento.

O cacique Truká, vereador Neguinho Truká (PSB), criticou o forte aparato de segurança, que eles consideram desnecessário. "Proibir o povo de se aproximar é um absurdo", disse. O cacique foi contrário à transposição, mas, diante do fato consumado, ele torce para que a água chegue realmente a quem precisa e que o Rio São Francisco seja revitalizado. Ele lembrou que parte da população de Cabrobó, embora viva perto do rio, não vai se beneficiar com a água da transposição.

O prefeito de Cabrobó e o vereador Truká negociaram com o líder indígena que comandou a interdição da BR, que aceitou iniciar a liberação da rodovia. O prefeito garantiu que se as reivindicações do município, que também são as dos índios, não forem atendidas ele mesmo irá liderar um protesto na cidade.



Mandetta questiona política da saúde indígena

SÍTIO FOLHA DE CAMPO GRANDE, 15.05.2014

Ao participar de reunião da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, o deputado federal Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS) aproveitou as discussões que averiguam as ocorrências de mortes de crianças indígenas na cidade de Tabatinga no Estado do Amazonas, para ampliar o debate e novamente chamar a atenção para a questão da saúde indígena em Mato Grosso do Sul.

Para Mandetta, esta questão tem um somatório como diagnóstico. "Não existe um diagnóstico único, é cultural. A presença da questão religiosa dentro do universo indígena, dependendo da maneira como ela é colocada, traz pra eles um outro padrão, outro significado de vida que eles tem muita dificuldade de processar", ressaltou o deputado democrata.

Mandetta fez questão de enfatizar que há um órgão central que não sabe encarar esses casos. "O Brasil está perdido, está sem rumo, desde a demarcação até a infraestrutura. Me parece que a estratégia agora é fazer repasses de grandes quantias de dinheiro para as ONGs, a maioria delas religiosas para que façam fazer esse atendimento entre aspas...", criticou o deputado.

Para Luiz Henrique Mandetta, este assunto é um vespeiro. "É um assunto em que você vai encontrar todos os componentes da tragédia indígena e o resultado final é a mortalidade. Tem ONG que vive desse assunto, tem gente que explora esse assunto, tem gente que faz meio de vida com a exploração religiosa, a exploração cultural e a exploração da miséria do índio".

O deputado do Democratas ressaltou o que se assiste no Brasil é a manipulação internacional e nacional e um governo completamente perdido sem ação pra fazer qualquer tipo de proposta na questão indígena. "Se há vulnerabilidade neste país, tem nome, endereço e responsável", finalizou Mandetta.



MPF denuncia agressões contra índios

SÍTIO O XINGU, 15.05.2014

De acordo com relatos de lideranças indígenas, agressões e ameaças teriam ocorrido ontem, com dois indígenas feridos

O Ministério Público Federal (MPF) enviou ofícios à Delegacia da Polícia Federal em Santarém e ao Comando Geral da Polícia Militar, em Belém, solicitando atenção para situação de tensão em Jacareacanga, sudoeste do Pará. De acordo com relatos de lideranças indígenas, ontem pela manhã cerca de 500 pessoas atacaram 20 munduruku com rojões. Foram feitas ameaças contra a presença dos indígenas no município.

“Solicito a intervenção deste comando junto à Polícia Militar em Jacareacanga, a fim de que haja efetiva atuação visando controlar a situação e preservar a integridade física de todos os envolvidos”, diz o ofício enviado ao comando da PM pelo procurador da República Camões Boaventura, de Santarém. À PF, o procurador solicitou o envio de uma equipe para fazer diligências no local, com urgência. O MPF também vai solicitar abertura de inquérito policial à PF para apurar as responsabilidades pelas agressões.

De acordo com os relatos, os indígenas estavam se preparando para ir embora da cidade quando foram surpreendidos pela multidão na manhã de ontem. Os índios denunciam a presença de garimpeiros, comerciantes, servidores da prefeitura e até do vice-prefeito de Jacareacanga entre os agressores. Dois índios teriam sido atingidos por rojões lançados pelos participantes da manifestação anti-indígena.

Os munduruku estão a cerca de uma semana na cidade, reivindicando uma solução para as escolas indígenas, que estão sem professores desde que a prefeitura de Jacareacanga demitiu 70 professores, no início do ano escolar, deixando todas as crianças indígenas sem aulas. Os protestos aconteceram na prefeitura até o final da semana passada, quando o MPF intermediou a realização de uma reunião sobre o problema para o próximo dia 15, em Santarém. Em virtude dos acontecimentos de ontem e da tensão em Jacareacanga, no entanto, a reunião foi remarcada para o dia 21 e deve se realizar em Itaituba, com a presença de representantes do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação do Estado do Pará.

Ministério Público Federal no Pará



Livro aborda sofrimento mental de indígenas Sateré-Mawé e Hixkaryana

SÍTIO CIÊNCIA EM PAUTA, 15.05.2014

A Fundação Nacional do Índio (Funai) tem registrado no Amazonas uma migração cada vez maior de indígenas das aldeias para as sedes dos municípios. Na tentativa de observar de que maneira esta migração influencia no cotidiano e no ordenamento da qualidade de vida dessas populações, o doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Renan Albuquerque Rodrigues, escreveu um livro no qual relata, entre outros, os resultados psicológicos nos indígenas que passam por essa interação.

O livro intitulado 'Sofrimento mental de indígenas na Amazônia' é o resultado parcial do projeto de pesquisa 'Migração Aldeia-Cidade no Baixo Amazonas', fomentado pelo edital Santander Universidades/Banco Santander.

O autor da obra e ex-bolsista do Programa de Comunicação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Rodrigues explicou que "trata-se de texto em formato de livro digital, que tem como proposta apontar reflexões acerca dos efeitos do trânsito rural-urbano de índios Sateré-Mawé e Hixkaryana, no Baixo Amazonas".

De acordo com o pesquisador, a publicação contou com apoio de conselho editorial do Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (Leda) do polo da Ufam em Parintins (distante 369 quilômetros da capital) e de indigenistas da Funai, além da contribuição científica do pesquisador do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Danilo Silva Guimarães.

"O CD contendo o livro está disponível no Laboratório de Webjornalismo e Planejamento Gráfico (que sedia o Laboratório de Editoração Digital do Amazonas, inserido no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos).

ANÁLISES

Na apresentação da obra, Renan Albuquerque afirmou que o objeto do estudo são as relações psicossociais de povos indígenas com pessoas e coisas urbanas. "O trabalho foi orientado a partir de vivência social e integração humana nas sedes municipais da região, o que possibilitou reflexões acerca da situação dos aldeados das terras Andira-Marau (Sateré-Mawé) e Nhamunda-Mapuera (Hixkaryana), reconhecidamente em trânsito nos ambientes. Essas sedes municipais são polos urbanos dos municípios de Parintins, Barreirinha e Nhamunda, todos pertencentes ao Amazonas e fronteiros ao Para", disse o pesquisador.

Segundo ele, o cotidiano de indígenas, a partir do momento em que saem das aldeias e experimentam o universo ocidentalizado, tal e qual ele se apresenta, foi pensado sobre a perspectivas de marcos teóricos interdisciplinares, aproximados a psicologia sociocultural e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

etnologia.

“A partir do estabelecimento da proposta, coube refletir sobre o que ocorre a pessoas que enfrentam experiências de sofrimento mental dentro do âmbito da estruturação das pequenas e médias cidades da Amazônia Brasileira, com especificidades para regiões de fronteira interestaduais”, disse o autor na apresentação da obra.

Clique e leia a revista Mutações

Fonte: Agência Fapeam, por Camila Carvalho



Questão indígena em MS tenta dar mais um passo

SÍTIO CAPITAL NEWS, 15.05.2014

O impasse indígena em Mato Grosso do Sul tem gerado tantas discussões e polêmicas que o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Eduardo Riedel, decidiu entregar pessoalmente nesta quarta-feira (14) para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, uma cópia dos laudos enviados pelos produtores rurais com avaliação das propriedades vizinhas à Aldeia Buriti, em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti (MS), invadidas por indígenas. A entrega foi feita em audiência no Ministério da Justiça, junto com a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, e o diretor vice-presidente da Confederação, João Martins da Silva Junior.

A entrega oficializa o envio pelos produtores, via internet, no dia 04 de maio, dos laudos técnicos com as indicações de que a avaliação pelo preço de mercado das propriedades fica em R\$ 130,062 milhões. A proposta do Governo Federal, baseada em valores estabelecidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), é de aproximadamente R\$ 78 milhões.

Segundo informações do Sistema Famasul, ao entregar os laudos diretamente, as lideranças debateram com o ministro a compra das áreas, prometida pelo Governo Federal no ano passado. "Queremos agilidade no processo de compra das propriedades. Se a compra das terras é a alternativa proposta, precisamos que se concretize a primeira transação", disse Riedel. Em conferência sobre o Processo de Demarcação de Terras Indígenas, realizada na Assembleia Legislativa na última sexta-feira, Riedel falou sobre a ausência da Funai e do poder público, ressaltando que ao não comparecer ao debate, as instituições representantes dos indígenas demonstram desinteresse em encontrar uma solução concreta e definitiva para o impasse criado com as invasões a propriedades privadas no Estado.

Segundo o cronograma acertado com o Governo Federal no final de fevereiro, o prazo final para a efetivação da compra das propriedades no entorno da Aldeia Buriti é 6 de junho. A área abrange 15 mil hectares distribuídos em 30 propriedades privadas, sendo que dessas, 20 estão invadidas. No total, Mato Grosso do Sul tem 80 propriedades rurais invadidas por indígenas.

Fonte: Malu Cáceres - Capital News (www.capitalnews.com.br)



Curso de Licenciatura Indígena da Uepa recebe nota máxima

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 15.05.2014

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Pará (Uepa) receberá nesta quinta-feira (15) o parecer final da avaliação aplicada pelo Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE), que atribuiu a nota máxima ao curso. A plenária ocorrerá, às 8, na sede do CEE, em Belém.

Em março deste ano a Uepa recebeu uma comissão do Conselho que avaliou itens como o perfil e a formação dos docentes, a estrutura curricular, os laboratórios e bibliotecas. Foi a primeira avaliação do curso desde a sua criação, em 2012.

O curso surgiu a partir da demanda das próprias comunidades indígenas, por meio de uma articulação política com o Ministério Público do Estado do Pará (MPE). A formação intercultural indígena é ofertada pela Uepa nos município de São Miguel do Guamá, para a etnia Tembé; Marabá, para os Gavião e, na Aldeia Sororó, para os Suruí Aikewara; em Santarém, no território étnico-educacional Tapajós Arapiuns; e em Oriximiná para a etnia Wai-wai.



Índios vão boicotar negociação e ameaçam ocupar outras áreas

SÍTIO REGIÃO NEWS, 15.05.2014

A proposta de emenda constitucional prevê a participação do Poder Executivo nos processos demarcatórios das áreas.

Em assembleia, que reuniu lideranças de várias etnias indígenas de Mato Grosso do Sul e discutiu entre outros assuntos a demarcação de terras, os índios decidiram abandonar as mesas de negociação entre ruralistas e Ministério da Justiça por entender que mobilizações de políticos e produtores rurais “quebraram” acordo estabelecido no início do ano.

O advogado dos índios, Luiz Henrique Eloy, explica que durante a Grande Assembleia Terena, realizada na última semana em Miranda, distante 201 quilômetros da Capital, os caciques e lideranças de várias aldeias consideraram a conferência a favor da aprovação da PEC 215, ocorrida semana passada na Assembleia Legislativa, como afronta aos indígenas.

A proposta de emenda constitucional prevê a participação do Poder Executivo nos processos demarcatórios das áreas. Durante o evento, produtores rurais, deputados estaduais e federais da bancada ruralista defenderam a aprovação da PEC que tramita no Congresso Nacional.

Eloy afirma que além de sair das mesas de negociação, os índios também decidiram dar início a mobilizações em todo o Estado, que compreendem protestos, reuniões e retomadas de novas áreas. As cidades que podem ter registro de novas ocupações são Nioaque, Miranda e Aquidauana. Só haverá retomada, segundo os índios, em áreas já reconhecidas como tradicionalmente indígenas.

Fim do prazo – Terminou no último dia 30 de abril, acordo entre índios e Ministério da Justiça para a compra das terras que compõem a Reserva Indígena Buriti, situada em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. O impasse envolvendo o conflito fundiário, o reconhecimento de terras indígenas e a indenização aos produtores rurais por parte da União tem datas e prazos poucas vezes cumpridos.

Na última visita do assessor do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, a Mato Grosso do Sul, em fevereiro, uma nova data para a resolução dos problemas foi definida para 30 de junho, no entanto, os índios não aceitaram a extensão do prazo e continuam com a data de 30 de abril como prazo final.

Dois relatórios de avaliação das terras já foram apresentados para o Ministério da Justiça. Em uma primeira análise, o valor ficou definido em R\$ 78 milhões, mas o relatório paralelo dos produtores aponta um valor de R\$ 124 milhões.



Aulas em Faxinalzinho retornam, mas estudantes indígenas não comparecem
SÍTIO RÁDIO UIRAPURÚ, 15.05.2014

Clima na cidade é de incerteza

Rádio Uirapuru

O clima em Faxinalzinho aos poucos está voltando ao normal, mas ainda é cheio de incertezas. Na manhã de ontem as aulas nas 4 escolas da cidade retornaram.

Conforme o secretário de Educação de Faxinalzinho Francemar de Andrade, a cidade conta com 700 alunos, muitos deles filhos de índios envolvidos no conflito. Até ontem 80% de todos os alunos havia retornado às aulas.

Ele explica que os estudantes indígenas não compareceram às aulas. Conforme o secretário nenhum incidente aconteceu com o transporte escolar.

As aulas serão recuperadas nos sábados e alguns dias que os professores teriam cursos de capacitação serão suspensos. Francemar explicou também que aos poucos a cidade volta ao normal, com o comércio funcionando normalmente, mas todos aguardando as definições que serão apontadas na reunião com o governo em 22 de maio.



Presidente da Famasul pede ao ministro da Justiça agilidade na compra de áreas invadidas

SÍTIO RUARAL BR, 15.05.2014

Laudos dos produtores indica que preço de mercado das propriedades é de R\$ 130,062 milhões; Funai havia avaliado elas em R\$ 78 milhões

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Sistema Famasul), Eduardo Riedel, entregou na quarta, dia 14, para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, uma cópia dos laudos enviados pelos produtores rurais com avaliação das propriedades vizinhas à Aldeia Buriti, em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, invadidas por indígenas.

A entrega foi feita em audiência no Ministério da Justiça, junto com a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, e o diretor vice-presidente da Confederação, João Martins da Silva Junior.

A entrega oficializa o envio pelos produtores, via internet, no dia 04 de maio, dos laudos técnicos com as indicações de que a avaliação pelo preço de mercado das propriedades fica em R\$ 130,062 milhões. A proposta do Governo Federal, baseada em valores estabelecidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), é de aproximadamente R\$ 78 milhões.

Ao entregar os laudos diretamente, as lideranças debateram com o ministro a compra das áreas, prometida pelo Governo Federal no ano passado.

– Queremos agilidade no processo de compra das propriedades. Se a compra das terras é a alternativa proposta, precisamos que se concretize a primeira transação – disse Riedel.

Segundo o cronograma acertado com o Governo Federal no final de fevereiro, o prazo final para a efetivação da compra das propriedades no entorno da Aldeia Buriti é 6 de junho. A área abrange 15 mil hectares distribuídos em 30 propriedades privadas, sendo que dessas, 20 estão invadidas. No total, Mato Grosso do Sul tem 80 propriedades rurais invadidas por indígenas.



Após acordo com MPF, faculdade vai oferecer bolsas de estudo a indígenas

SÍTIO JORNAL RONDÔNIA VIP, 15.05.2014

O Ministério Público Federal (MPF) em Rondônia firmou acordo com a faculdade São Lucas que se comprometeu a oferecer cinco bolsas integrais de estudo a indígenas. Os interessados em concorrer deverão ir à faculdade para realizar a inscrição até o dia 22 de maio.

A faculdade vai oferecer bolsas para diversos cursos, exceto para o curso de Medicina. As inscrições são gratuitas e os interessados deverão apresentar o documento de identificação. O acordo foi realizado pelo procurador da República Filipe Albenaz com a instituição e servirá para o segundo semestre desse ano. As provas estão previstas para ocorrer no dia 25 de maio, às 13h, em Porto Velho.

O acordo foi informado às unidades do MPF em Guajará-Mirim e Ji-Paraná, bem como para Fundação Nacional do Índio, Conselho Indigenista Missionário, Conselho de Missão entre Índios, Organização dos Professores Indígenas, ONG Kanindé e a associações indígenas Karitiana, Karipuna, Kassupá, Kaxarari, entre outras.



Mozarildo diz que corrupção prejudica a saúde dos índios

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 15.05.2014

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que a corrupção está prejudicando até mesmo os índios brasileiros, como revelou o jornal Folha de S.Paulo na edição de segunda-feira.

De acordo com o jornal, de 2004 a 2013 os recursos do Ministério da Saúde destinados à saúde do povo ianomâmi aumentaram seis vezes, mas, no período, os casos de malária subiram de 41,8 por mil habitantes para 70,6.

— Embora tenha aumentado o orçamento da Funasa [Fundação Nacional de Saúde], a saúde dos índios tem piorado cada vez mais. Problema de gestão, problema de corrupção e, portanto, má aplicação do dinheiro do povo.

Fico indignado de ver que até na atenção à saúde indígena há roubalheira, há corrupção — disse Mozarildo.

De acordo com o senador, é inadmissível que os índios sejam prejudicados.

— Este país realmente tem que tomar um rumo de combate prioritário à corrupção, porque a corrupção é a mãe de todos os males deste país. Se não fosse a corrupção, nós teríamos, sob todos os aspectos, um país melhor.

Jornal do Senado

(Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)



Mulheres indígenas sofrem violência de gênero e falta acesso à Justiça

SÍTIO ADITAL, 15.05.2014

Adital

Juana Gómez era uma jovem chaquenha de 15 anos. Em 2013, foi encontrada morta atada a uma árvore em Quitilipi, seminua, com sinais de haver sido duramente ferida e estuprada. Em outra cidade do Chaco argentino, a quechua Reina Maraz foi detida por um ano em uma penitenciária, retirada de seu país natal, Bolívia, e acusada de matar seu marido. Não falava espanhol e quase não compreendia o que diziam. Pariu um filho sozinha dentro do cárcere. As distintas histórias reúnem discriminações que sofrem historicamente: serem mulheres, pobres e ameríndias.

Os dois casos colocam em evidência as múltiplas violências que sofrem as mulheres indígenas, atualmente. Ocultadas por séculos de opressão — de classes, gênero e etnia —, suas histórias chamam a atenção para que a sociedade abra os olhos e interpele autoridades e demais sujeitos que tenham poder de intervenção na situação.

"Estamos brigando para que o caso de Juana não fique impune como tantos outros que ocorreram no estado", diz Elizabeth González, ameríndia gom, membro do Chaco no Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (Conami) e integrante da Multisetorial de Mulheres de Resistência. "Nós vivemos diariamente essa violação, não somente por sermos mulheres, mas por sermos mulheres indígenas e mulheres pobres. Há fortes barreiras no acesso à Justiça", aponta ela.

A situação de violência de gênero vivida no Chaco é alarmante. Somente este ano, quatro mulheres já foram assassinadas na região: Nancy Adelaida Molina, Eliana Mabel Almirón, Yamile Gómez e Cecilia Gómez. "A situação dos direitos das mulheres aborígenes no Chaco continua sendo de absoluta vulnerabilidade", afirma Silvina Canteros, advogada na Diretoria Estadual da Mulher. Segundo ela, o governo estadual tem demonstrado "gestos políticos importantes" para a causa, mas ainda insuficientes para abordar a problemática a fundo.

Silvina reconhece que, inclusive por parte da Diretoria da Mulher, que tem competência estadual, é pouco o que podem fazer no interior e zonas rurais, que é onde há vive a maior concentração da população ameríndia. A falta de recursos econômicos e humanos capacitados e sensibilizados com a temática aparece como principal carência.

Andrea Charole, presidente do Instituto do Aborígene Chaquenho (IDACH), instituição governamental bastante questionada pelos movimentos sociais e de mulheres, enfatiza que a falta de acesso à Justiça é marcada principalmente por barreiras de idioma e pela discriminação de classe. "O grande problema das mulheres indígenas é o tema da tradução. Uma mulher que vai a uma delegacia fazer uma denúncia muitas vezes não pode fazê-la por falta de intérpretes, o que se soma ao mau trato", assinala.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

O Chaco é um dos estados mais pobres da Argentina. Em seu território, habitam pelo menos 20 mil indígenas toba, 8 mil wichis e 10 mil mocovíes. A maioria vive na zona rural, onde sofrem a falta de acesso aos serviços básicos, como água potável, gás e energia elétrica. A situação das mulheres ameríndias se agrava por sua condição de extrema pobreza, contexto alarmante em todo o noroeste do país.

* Com informações de Comunicar Igualdad.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

Museu Oscar Niemeyer inaugura exposição sobre arte indígena brasileira, neste domingo, em Curitiba

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 15.05.2014

O Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, abre neste domingo, às 11 horas da manhã, a exposição "Plumária – A Arte Maior do Indígena Brasileiro", com cerca de 100 objetos e utensílios indígenas vindos do Museu de Arte Indígena, situado em Clevelândia, no Sudoeste do Paraná.

Com curadoria de Ana Itália Paraná Mariano, a mostra propõe um mergulho na história do Brasil, um resgate de vínculos com o passado e com a cultura indígena. O Museu de Arte Indígena, inaugurado em 2009, conta com um acervo de aproximadamente 600 obras, fruto de um trabalho de 12 anos de Julianna Podolan Martins e busca preservar a gênese do povo indígena, que remete a aspectos intrínsecos da alma brasileira.

É o único museu nesta categoria existente no Estado e recebe diariamente visitantes dos 42 municípios do Sudoeste do Paraná. (Repórter: Amanda Laynes)



MPF pede indenização de R\$ 500 mil de acusados de explorar meninas indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.05.2014

Elaíze Farias – Amazônia Real

O Ministério Público Federal do Amazonas pediu uma indenização de R\$ 500 mil dos dez réus acusados de explorar sexualmente meninas indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, na fronteira do Estado com a Colômbia. O dinheiro para reparar o dano moral coletivo será aplicado na adoção de políticas públicas destinadas à prevenção da exploração sexual das adolescentes indígenas.

Uma ação civil pública foi ingressada no dia 12 de março na Justiça Federal do Amazonas pelo procurador da República, Julio José Araujo Junior.

Os réus foram presos em maio de 2013 pela Operação Cunhantã da Polícia Federal a pedido do MPF. Três deles permanecem presos preventivamente em cadeias de Manaus. Um quarto acusado cumpre prisão domiciliar na capital. O inquérito da PF concluiu que os autores dos crimes mantinham relações sexuais com as meninas indígenas em troca de dinheiro, presentes, alimentos e bombons, aproveitando-se da situação de pobreza delas.

Os dez réus são acusados pelo MPF de crimes de estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento da prostituição de vulnerável, rufianismo (tirar proveito da prostituição alheia) e coação no curso do processo.

Na ação, o MPF atribui a justificativa do pedido de indenização à conduta articulada dos acusados numa rede de exploração sexual de adolescentes indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira. Para a instituição, os crimes causaram aos povos indígenas do Alto Rio Negro grave constrangimento e sofrimento, bem como sentimento de vergonha e tristeza. O que resultou em abalo moral sobre o grupo, ensejando reparação imediata.

A indenização será paga pelos dez réus à Coordenação da Funai (Fundação Nacional do Índio) do Alto Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira, que fica a 860 quilômetros de distância de Manaus.

Conforme a ação do MPF, a investigação da Polícia Federal constatou que todas as meninas exploradas sexualmente eram indígenas – cerca de 14 adolescentes pertencentes às etnias tukano, wanano, dessano e baré. No entendimento do MPF, o fato de serem índias causou reflexos negativos sobre toda a comunidade indígena do Alto Rio Negro.

“Criou-se, assim, um sentimento de constrangimento coletivo entre os indígenas de São Gabriel da Cachoeira. Agravou o sentimento de vergonha e tristeza compartilhado pelos indígenas do Alto Rio Negro. A repercussão dada ao caso, notadamente quando da prisão dos

CONT.



suspeitos, revelou uma comoção pública, pois novas denúncias surgiram e a sociedade se mobilizou contra as práticas denunciadas”, diz o MPF na ação.

Em entrevista à agência Amazônia Real, o procurador da República e autor da ação, Julio José Araujo Junior, disse que o MPF entende que a forma sistemática de atuação dos réus, com a abordagem a pessoas de extrema vulnerabilidade, valendo-se da realidade a que estão submetidas muitas das famílias indígenas que se deslocam de suas comunidades às cidades, gerou um dano moral a população indígena.

“Esse dano deve ser presumido, tendo em vista a violação de direitos e o estado de permanente risco a que se submete as famílias indígenas da região, envolvidas ou não com a exploração”, disse Julio Araujo Junior.

Ele explica que na ação, o MPF enfatiza a desestruturação étnica dos povos indígenas em São Gabriel da Cachoeira e na vulnerabilidade dessa população em razão das práticas desse tipo de rede de exploração sexual, que vinha sendo tratada até com naturalidade até 2012.

A ação civil pública do MPF foi ingressada em março, pouco mais de um mês antes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) transferir o processo e o julgamento dos acusados para Justiça Estadual, conforme a agência Amazônia Real divulgou nesta terça-feira (13).

Questionado se essa mudança pode comprometer a decisão acerca da ação civil pública, o procurador Julio Araujo Junior afirmou que, como a competência na área cível está mais consolidada, ele não acredita que haverá declínio de competência neste caso.

“A Justiça Federal tem competência para analisar as disputas sobre direitos indígenas, e o MPF sustenta claramente que esses direitos foram violados, de forma coletiva, em razão desses ilícitos”, disse o procurador.

Ainda assim, o procurador afirmou que entende que o processo criminal do caso continue na Justiça Federal, apesar da decisão do STJ.

“A decisão do Superior Tribunal de Justiça está apegada a uma visão, na matéria criminal, de que a ofensa a um indivíduo não gera impactos para toda a comunidade. Esquece que as formas de organização de grupos indígenas são diferenciadas, muito atreladas aos seus modos de vida e à sua cultura, de modo que a noção de impactos coletivos a um grupo prescinde do envolvimento de um grupo grande de pessoas. Muitas vezes basta a ofensa a um direito individual para abalar toda uma comunidade”, explicou.

Missionária questiona participação da Funai na ação

Em entrevista a agência Amazônia Real, a missionária italiana Giustina Zanato, ex-conselheira municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que deixou a cidade de São Gabriel da Cachoeira depois de ser ameaçada de morte por denunciar os crimes sexuais contra as meninas indígenas, questionou a decisão do MPF de deslocar para Funai (Fundação Nacional do Índio) os recursos da possível indenização das comunidades indígenas.

CONT.



“Não vejo o porquê deve-se beneficiar a Funai, que nem tomou conhecimento das denúncias do Conselho Tutelar. Quando pedíamos a ajuda da Funai, eles (os representantes) não apareceriam, nem para perguntar o que estávamos fazendo ou se necessitávamos de algo”, disse a missionária.

Ela afirmou que a Funai pouco ajudou no campo da prevenção dos crimes contra as meninas e na proteção delas. “A Funai pouco se inteirou dos graves problemas que as crianças e os jovens enfrentavam. É mais direcionada a fazer publicações de livros. Estou muito desconfiada que esta ajuda (indenização) chegue aos destinatários”, disse irmã Giustina Zanato.

A ex-coordenadora do programa assistencial “Menina Feliz”, que atende crianças e adolescentes exploradas sexualmente em São Gabriel da Cachoeira, também questionou a destinação do recurso da indenização seria gasto. Para ela, o dinheiro deveria beneficiar os estudos e a qualificação das meninas exploradas sexualmente.

“Foram estas meninas que tiveram a força e a coragem de denunciar. Outra possibilidade seria fazer um tipo de segunda geração de renda para que este dinheiro volte em benefício de outras famílias”, afirmou a missionária Giustina Zanato.

Indagado sobre o motivo de a ação pedir que a indenização seja repassada à Funai, o procurador Julio José Araujo Junior disse que, como o dano moral coletivo diz respeito à toda a população indígena, o MPF entendeu que foi melhor requerer que esses recursos sejam repassados ao órgão indigenista, pois se trata da autarquia federal que cuida da política indigenista.

“Como se trata de políticas públicas nesta matéria, a Funai teria junto a outros órgãos maior capacidade de articular esse cumprimento do que alguma entidade”, afirmou o procurador.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Violência nas aldeias, outra vez em debate

SÍTIO O PROGRESSO, 15.05.2014

Wilson Matos da Silva

Mais uma vez a violência nas aldeias é tema em debate. Hoje, às 19h, na Câmara Municipal de Dourados, haverá audiência pública para discorrer sobre o tema. É bom que diga, que a segurança nas aldeias do nosso Estado, notadamente no cone sul, é realizada pela Força Nacional, fruto de decisão judicial através da Ação Civil Pública, interposta em 09/05/2011 pelo Observatório de Direitos Indígenas (ODIN) litisconsorte (em conjunto) com o MPF de Dourados.

Ocorre que o Estado sob o paradigma integracionista, implantou nas reservas indígenas, notadamente nas aldeias da região sul do Brasil, a "intromissão" estatal, interferindo no *modus vivendi* dos nossos povos. Esta interferência agravou ainda mais as relações sociais do nosso povo, com os ditos civilizados e o sofrimento vivenciados pelas nossas comunidades com o choque cultural. Nosso povo que já é tão espoliado pelos modelos de ocupação do território brasileiro a qualquer custo - sobre o sangue dos nossos antepassados que defendiam seu habitat - pelos "colonizadores" invasores portugueses.

Já discorreremos o tema em outras oportunidades. A 'intromissão' do Estado brasileiro vem se agravando na medida em que o progresso expansionista avançou os limites dos territórios indígenas no decorrer dos tempos. Esta expansão progressista se apresenta de várias formas, nos primeiros contatos dessa relação escravocrata; os jesuítas a pretexto de catequizar e "proteger" os povos indígenas, pilharam os conhecimentos tradicionais, os patrimônios históricos e cultural, e ainda construíram grandes fortalezas com a mão de obra dos nossos povos. Os bandeirantes usavam e instigavam povo contra povo, - o que faz hoje o "especialista em índio" (agente do Estado), - para se apossar dos territórios de nossos antepassados e roubar suas riquezas minerais de suas terras.

No cone sul do Estado, região de fronteira as comunidades indígenas estão vivendo dias de terror e medo na "TERRA SEM LEI" em que foram transformadas essas aldeias. Os índios que ali residem estão expostos a todos os tipos de criminalidade: homicídios, porte ilegal de arma de fogo, meliantes que ludibriam os índios vendendo produtos de furtos, veículos alienados, armas e drogas; estupro, assaltos à luz do dia, prostituição infantil, distribuição e uso de drogas. É como disse Arnaldo Jabor: "estamos diante de acontecimentos inexplicáveis, ou melhor, 'explicáveis' demais. Toda a verdade já foi descoberta, todos os crimes provados, todas as mentiras percebidas...".

Os indígenas são considerados inimigos pelos seus algozes, pelo simples fato de almejam o retorno aos seus territórios e buscam a demarcação, mas nisso tudo há erro crasso, porque seus territórios foram entregues ao latifúndio pelo próprio Estado, como se devolutas fossem, então, os verdadeiros inimigos são os responsáveis pela situação de injustiça profunda, que é a causadora da intolerância, da impaciência, do rancor, da raiva e do ódio, o estado brasileiro. O

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 84/ 2014

Brasília, 15 de maio de 2014.

menosprezo ao índio e a tudo que nós representamos para a história brasileira, hoje é comum nas cidades do MS. em lugar de desencadear uma rebeldia vertical (contra os donos do poder injusto), se volta (horizontalmente) contra os oprimidos, os fracos, os débeis.

Na sobredita Ação Civil Pública, inicialmente o Estado do MS foi chamado a compor um acordo de cooperação, como se isso fosse necessário, como se não bastasse o império da lei maior a Constituição Federal que diz textualmente que: "Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

No ano de 2005, propomos a criação de uma Delegacia Especializada de Atendimento ao Indígena, (DEAI). A proposta visava a prevenção e combate à criminalidade nas aldeias Jaguapiru e Bororó. A proposta foi aprovada através do DL nº. 407 de 24 de Maio de 2005, no diário oficial do Estado em 30/05/2005. O Art. 1º do decreto diz: Fica o poder Executivo a criar no âmbito da Secretária de segurança Pública a Delegacia de Atendimento ao Índio. Já que perguntar não ofende onde foi parar a proposta?

*é índio residente na Aldeia Jaguapiru, Advogado OABMS 10.689 e Jornalista SRTE 773MS